

A Bíblia nas Missões Portuguesas (séculos XVII-XVIII)

O tema que vamos tratar leva-nos ao ambiente histórico-geográfico do império ultramarino português e à utilização da Bíblia por parte da Igreja Católica, em ordem à evangelização dos povos nesses imensos territórios. Iremos cingir-nos sobretudo aos séculos XVII-XVIII; mas, para melhor compreendermos o que se passou nestes séculos, apresentaremos, por vezes, uma visão retrospectiva até ao século XVI.

Estes são dois séculos fascinantes, porque neles se atingiu o auge do Renascimento cultural e religioso inaugurado por Erasmo, Calvino, Melanchton, Tomas Moro, Luís Vives e muitos outros. O movimento cultural e religioso exterior à Igreja é acompanhado por um movimento de reforma religiosa dentro da mesma Igreja, reforma que tem no Concílio de Trento a sua máxima expressão. Esta leva consigo a renovação das Ordens religiosas existentes e a fundação de outras, sobretudo os Jesuítas, oficializados com bula papal em 1540. Estes dois séculos são, portanto, a época, não apenas da plena expansão marítima e do início da globalização do comércio e da cultura, mas também o tempo em que é incrementada a mundialização do cristianismo. De facto, o missionário seguia sempre no encaço do navegador, do militar e do comerciante, se não ia mesmo à frente deles; estes, para levar a cultura europeia e enriquecer, o missionário para levar o Evangelho aos povos nativos. Uma primeira perspectiva sobre esta época tem a ver com o ideal evangelizador das classes dirigentes portuguesas, quando decidiram dar «novos mundos ao mundo».

1. Motivação religiosa dos Descobrimentos portugueses

Os Descobrimentos portugueses são um dos maiores feitos da História Universal de todos os tempos. Num século, os portugueses criaram um império que ia desde o interior do sertão brasileiro até Malaca, Macau, Timor e Japão, no Extremo-Oriente.

Para além de motivações económicas, políticas e outras, queremos destacar aqui a motivação religiosa. Para os protagonistas desta epopeia, esta parece ser a principal motivação¹. Assim, Camões traça em duas palavras a epopeia dos Descobrimentos portugueses: «a Fé e o Império»². Esta empresa é dominada pelo anúncio da fé e feita sob o signo da cruz, sobretudo no que se refere ao combate contra os muçulmanos, que já se encontravam nas Molucas, quando lá chegaram os portugueses. As navas portuguesas encontravam «mouros» por todo o lado. Os missionários vão em todas as embarcações, e os reis colocam a empresa sob a mão divina³. Os principais responsáveis dos Descobrimentos portugueses tinham consciência de estar a ampliar, de um modo nunca visto na História da Igreja, o espaço geográfico da mesma. Com esta expansão, pretendia-se atingir, ao mesmo tempo, dois objectivos essenciais: vencer o poder político e económico do islão no Norte e Oriente da África, assim como na Ásia, e, desse modo, implantar nessas terras o cristianismo. A experiência negativa colhida em Marrocos levara os estrategos portugueses a tomar tais decisões. Este ideal político-religioso, eivado de uma aguda consciência missionária, era apanágio, não apenas da hierarquia da Igreja, mas dos próprios leigos comer-

¹ «Ao descobrir o caminho marítimo para a Índia, Portugal trazia ao Humanismo a sua maior dimensão, pois no mesmo momento em que a Europa descobria o mundo greco-romano, os navegadores portugueses abriam-lhe um outro, o da Ásia, isto é, um conjunto de civilizações tão ricas e, em alguns casos, mais antigas do que as da Antiguidade Clássica» (Geneviève BOUCHON, *A Imagem da Índia na Europa Renascentista*, em *Oceanos*, n.º 32, 1997, pp. 11-30 (12).

² «E também as memórias gloriosas / Daqueles Reis que foram dilatando / A Fé, o Império...» (Cant I, 2,1-3).

³ «Quero primeiramente saber se esta é serviço de Deus de se fazer, ca por mui grande honra nem proveito que se me dello possa seguir, se não achar que é serviço de Deus, não entendo de o fazer, porque somente aquella cousa é boa e honesta, na qual Deus, inteiramente é servido», Gomes Eanes de AZURARA, *Crónica de D. João I*, III Parte, Lisboa, 1899, pp. 18-19. Este mesmo cronista afirma (na *Crónica da Guiné*, cap. VII), entre as «cinco razões por que o Senhor Infante [D. Henrique] foi movido de mandar buscar as terras de Guinéa», a última (a mais importante) «o grande desejo que havia de acrescentar a santa fé de Nosso Senhor Jesu Cristo e trazer a ela todas las almas que se quisessem salvar».

cientes. Poderíamos mesmo afirmar que a ideia dos Descobrimentos não é completamente alheia à da cruzada, e as duas se relacionam mutuamente⁴. Concretamente, a propósito da empresa da Índia, o rei D. Manuel escreve ao cardeal Cisneros: «Nosso Senhor sabe que neste negócio, nós o fazemos e trabalhamos muito mais com muita confiança da salvação e ganho das almas e destruição dos mouros que não por interesse dos proveitos das especiarias nem das outras riquezas»⁵. Poderá dizer-se, mais do que em qualquer outra época, que a cruz vai, não atrás, mas à frente da espada e da

⁴ O próprio rei D. Manuel I foi visto, nalgum tipo de literatura, como o rei messiânico que destruiria o sultanato muçulmano do Cairo, visto como «a grande Babilónia» do Apocalipse (Ap 17,1-19,10). Este projecto messiânico incluía cercar, pelo oriente, a Arábia e o Egipto, sufocando, deste modo, o centro do mundo e da religião muçulmana. Tal projecto seria abandonado pelo seu filho, D. João III, um monarca «moderno» e prático, enquanto seu pai vivia ainda nos seus projectos de um Reino de Cristo medieval. «João de Barros e Camões pintam a história inteira de Portugal como uma imensa cruzada contra os Mouros. É significativo que Barros inicie a sua *Ásia* com a história de *Mafoma*, da Hégira e da fundação do estado muçulmano em Medina, causa próxima da conquista árabe da *Hispania*, que viria a ter como contrapartida a reconquista peninsular e o seu prolongamento ultramarino, a expansão» (L. F. THOMAZ, *Descobrimientos e Evangelização – Da cruzada à missão pacífica* – Congresso Internacional de História, Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, I, Braga, 1993, p. 89; ver pp. 96-108).

⁵ COSTA BROCHADO, «A espiritualidade dos Descobrimentos e conquistas dos portugueses», *Brotéria*, vol. XL, 1945, pp. 25-42. Muitos outros textos poderíamos acrescentar. Vejamos este: «Porque o principal intento, como sabeis, assim meu como d'el-rey meu senhor e padre, que santa glória haja, na empresa da Índia e em todas as outras conquistas que eu tenho, e se sempre mantiveram com tantos perigos, trabalhos e despesas, foi sempre o acrescentamento de nossa santa fé católica, e por este se sofre todo de tão boa vontade, eu sempre trabalhei por haver letrados e homens de bem em todas as partes que senhoreio, que principalmente façam este ofício, tanto da pregação como de todo o outro ensino necessário aos que novamente se convertem à fé» (Correspondência original de Pedro de Mascarenhas, em *Corpo Diplomático Português*, IV, pp. 104-105; J. WICKI (ed.), *Documenta Indica*, I, Roma, 1948, pp. 752-754). Um antigo documento que trata da conversão dos habitantes de Ceilão segue na mesma linha traçada por D. Manuel: «Conde de Linhares, Vice-Rei de Índia. Amigo. Eu, El-Rei, envio-vos muitas saudações como àqueles que amo. Fui informado de que alguns dos possuidores de aldeias de Ceilão, por seus particulares interesses, impedem os naturais da terra que se façam cristãos, sendo uma das causas dizer-se que não trabalham aos dias santos, como quando eram gentios. E porque estranhei muito ouvir que vassallos meus podem cometer tão grandes excessos, sendo a minha e sua principal obrigação procurar e facilitar a conversão dos gentios daquelas partes, desejando prover na matéria de remédio conveniente, me pareceu encomendar-vos que logo que chegardes à Índia tomeis os meios mais certos que se vos oferecerem, exacta informação do que fica referido, e que se achardes que os possuidores das aldeias impedem a conversão dos Chingalás, ordeneis que os que tiverem delinquido neste caso, ou o fizerem daí em diante se lhes removam logo os

ânsia de riqueza. D. Manuel tinha a consciência de ser o rei de um certo reino messiânico, salvador da Igreja e vencedor dos inimigos da Fé⁶. O descobrimento e conquista de novos territórios abriam assim o campo para a maior empresa missionária de todos os tempos. Esta consciência missionária está, pois, ínsita no próprio projecto dos Descobrimentos portugueses⁷. Deste modo, no primeiro século da nossa evangelização, só no Oriente, tinham-se criado várias dioceses desde Goa ao Japão. Ignorar esta faceta dos Descobrimentos equivale a deturpar, em parte, a epopeia portuguesa do Ultramar⁸.

aforamentos das aldeias que tiverem, e sejam castigados como for justo pela via que tocar, procedendo na execução desta ordem com o devido cuidado, e dando-me sempre conta em pormenor do que nela se fizer. Escrita em Lisboa a 25 de Janeiro de 1629» (em *O Cronista de Tisuary*, Nova Goa, n.º 35, Novembro de 1868, pp. 81-82).

⁶ Luís Filipe THOMAZ/João Paulo OLIVEIRA E COSTA, *A Bíblia e a Expansão Portuguesa*, Didaskalia, Lisboa, 1990, pp. 232-234; ID., *Descobrimentos e Evangelização – Da cruzada à missão pacífica* – Congresso Internacional de História, Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, I, Braga, 1993, pp. 81-129. Este assevera: «Não será lícito afirmar que tenha sido esse o móbil principal da empresa. Afigura-se, aliás, que o peso desse factor variou imensamente, com as épocas, com os dirigentes, com as correntes políticas e, sobretudo, com as pessoas: do missionário ao pirata – os dois extremos de uma gama social omnipresente na expansão – os interesses variavam tanto que muito difícil se torna arriscar generalizações» (p. 81). Segundo ele (*ib.*, p. 85), essa seria a maneira de fundar a autêntica *Respublica Christiana*, a que presidiria o próprio Papa, que delegava nos reis uma parte do seu poder temporal. Daí a necessidade de ocupação de territórios e submissão das suas gentes, em ordem a formar uma autêntica evangelização das mesmas. O mesmo se poderia afirmar de outros impérios ultramarinos emergentes, sobretudo do espanhol. Assim, Cristóvão Colombo compõe o *Livro das Profecias*, elenco de várias profecias do AT que tinham alguma relação com a cidade santa de Sião e com a conversão de todos os infiéis a Cristo (ver *Le Temps des Réformes et la Bible – La Bible de tous les temps* (BTT), V, Paris, 1989, p. 495).

⁷ Sobre o sentido essencialmente comercial da expansão holandesa no século XVIII, ver, Fernand BRAUDEL, *O Tempo do Mundo – Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*, Teorema, Lisboa, 1993, p. 173.

⁸ Esta ideia dos Descobrimentos e da conquista dos povos, para os fazer cristãos, não andava longe da ideia do *Quinto Império*, ou, pelo menos foi reforçada com esta filosofia, assim como pelo *Sebastianismo*, uma espécie de messianismo real português, sobretudo depois da perda da independência de Portugal a favor da Espanha. Era a renovação do espírito de Cruzada, que teve no Padre António Vieira um dos seus maiores expoentes. Sobre este tema, ver Valmir Francisco MURARO, «*O Brasil de António Vieira: cenário do Quinto Império - II*», *Brotéria* 156, 2003, pp. 469-488. O testemunho de um frade capuchinho inglês, que veio de Bruxelas para Lisboa, onde passou alguns meses, é, pelo menos, curioso: «The Turks do not more firmly believe in their Mahomet, nor the Jews in their Messiah, nor the Welsh in King Arthur, than the Portuguese in general do in their Dom Sebastião: clergy, theologians, preachers, gentlemen, and Religious of all the Orders» (BOXER, *The Church Militant and Iberian Expansion*, Londres, 1978, p. 116).

Esta «Cruzada» apoiava-se na tradição que afirmava existirem no Oriente muitos cristãos, que seriam aliados dos portugueses na luta contra os mouros⁹.

Havia, no entanto, demasiado optimismo acerca da conversão de muçulmanos e pagãos, durante a primeira metade do séc. XVI, em que a evangelização foi levada a cabo por missionários menos preparados para essa tarefa. É sabido que os muçulmanos se encontravam presentes no continente asiático mais de quinhentos anos antes da chegada dos portugueses. Isso dificultava enormemente a sua conversão, para além de constituírem uma barreira ao avanço português no Oriente. A empresa dos Descobrimentos levava consigo várias motivações, mas a de carácter religioso era das mais relevantes¹⁰.

O movimento da Reforma – representado pelos holandeses – que acutilava com violência os missionários católicos no Oriente, aliado ao pouco fruto da Missão, farão reflectir os responsáveis da Igreja e mesmo da política ultramarina. A partir daí, a empresa missionária irá ter nos Jesuítas os grandes protagonistas da Missão, porque irão melhor apetrechados cultural e pastoralmente, para tamanha tarefa. Estes irão assumir uma importância invulgar no ambiente missionário, mediante figuras de relevo, entre as quais se destaca o apóstolo das Índias, S. Francisco Xavier (1506-1552). Este será uma peça chave na epopeia missionária. Chega a Goa, desce por toda a costa do Malabar até ao Cabo Comorim, onde baptiza umas 30.000 pessoas; desce a Ceilão; passa por Malaca, trabalha nas Molucas e sonha conquistar para Cristo o Japão, onde trabalha dois anos e meio; volta a Goa, para se armar, cultural e espiritualmente, em ordem à evangelização da China.

⁹ Vasco da Gama, ao chegar a Calecute, pensa estar num templo cristão, quando entra num templo hindu onde reza piedosamente. A lenda concretizou-se quando os portugueses encontraram os «Cristãos de S. Tomé». Refira-se, por exemplo, ANTÓNIO DE GOUVEIA, *Jornada do Arcebispo* (Aleixo de Meneses), Ed. Didaskalia, Lisboa, 1988; Benedict VADAKKEKARA, *Origin of India's St. Thomas Christians – A Historiographical Critique*, Media House, Delhi, 1995.

¹⁰ «As conversões eram realizadas quase sempre por Ordens religiosas, mas eram frequentemente sustentadas por motivações mais complexas. Para muitos portugueses, a conversão era um instrumento destinado a combinar objectivos afins; por um lado, a salvação das almas e, por outro, a criação de fortes comunidades cristãs ligadas aos portugueses por laços partilhados de religião e de cultura» (Kenneth McPHERSON, «Uma História de Duas Conversões: Deus, a Cobiça e o Desenvolvimento de novas Comunidades na Região do Oceano Índico», em *Oceanos*, n.º 34, Lisboa, 1998, p. 75).

2. Presença da Bíblia na evangelização da Igreja

Em primeiro lugar, poderíamos perguntar-nos: Qual era o método da evangelização dos missionários portugueses? Poderemos adiantar que o conteúdo da pregação nas missões ultramarinas não era muito diferente do que se anunciava nas pregações da Europa: O mundo criado por Deus, o pecado de Adão e Eva, a vinda de Cristo ao mundo, a Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, Juízo final, Céu, Purgatório e Inferno, os Mandamentos da Lei de Deus e os Mandamentos da Igreja ¹¹. Este conteúdo era dado na pregação, nos catecismos, e mesmo em representações cénicas que, sobretudo os Jesuítas, praticavam no Oriente ¹². A Bíblia era ainda conhecida através da liturgia e da arte. Portanto, eram anunciadas apenas as grandes verdades, que poderíamos chamar o *kérigma* e a *catequese*. Ao povo católico estava praticamente vedado o acesso à fonte das verdades cristãs. O contacto com a Bíblia era apenas indirecto e, na maior parte dos casos, não poderia ser de outra maneira, dado o analfabetismo quase total da sociedade portuguesa de então e, com maior razão, dos povos a evangelizar ¹³.

As citações do texto bíblico eram feitas geralmente do latim, pois, em português existiam, para além de traduções fragmentares, apenas os *Actos dos Apóstolos* e um *resumo do Antigo Testamento*, traduzidos pelos monges de Alcobaça no século XIV ¹⁴. A primeira citação da Bíblia encontra-se num parecer do infante D. Henrique

¹¹ António Lourenço FARINHA, *A Expressão da Fé no Extremo-Oriente*, Lisboa, 1946, III, pp. 331-332.

¹² Os Jesuítas, na Índia, também se serviram do teatro para a transmissão da Mensagem. Várias obras foram escritas sobre o assunto. O próprio BALDAEUS, nada interessado em exaltar os Jesuítas, o diz expressamente, ao falar da comunidade cristã de «Felipole, where the jesuits used to represent certain histories of the Bible to the people on Holy days» (*A True and exact Description of the most celebrated East-India Coasts of Malabar and Coromandel*, Amsterdam, 1672, Londra, 1752, p. 801). BOXER (*Church Militant*, o.c., p. 51) apresenta também o caso de um franciscano português que, em Ceilão, escreveu uma obra sobre João Baptista para transmitir arte e fé aos cristãos da sua missão, pela via do teatro (ver BTT, V, o.c., pp. 635-658).

¹³ Sobre a presença da Bíblia nos novos mundos descobertos, ver *La Bible de Tous les Temps* [BTT], vol. V, Paris, 1989, pp. 489-514.

¹⁴ Já nessa altura se sentia a necessidade da utilização da Bíblia como instrumento de propagação da fé cristã. A Bíblia serviu inclusive para justificar a colonização dos povos descobertos, pois recorria-se a determinadas passagens da mesma para justificar certas atitudes dos reis portugueses ou para ver neles o cumprimento de alguma profecia da Bíblia. Nesta evangelização, os pregadores souberam inclusive adaptar a mitologia local dos povos a evangelizar a determinadas passagens e personagens da Bíblia (*La Bible de Tous les Temps* [BTT], vol. VI, Paris, 1989, pp. 505s);

(1394-1460) sobre a expedição a Tânger (1436), em que é citado o *Sl* 111,7. Outro caso é o de Duarte Pacheco Pereira, no cap. 22 do *Esmeraldo de Situ Orbis* (livro I), onde explica «como Deus revelou a D. Henrique que descobrisse as Etiópias», citando, em latim, o *Sl* 18,5, da Vulgata: «*O seu eco ressoou por toda a terra, e a sua palavra até aos confins do mundo*». O autor utiliza este versículo do Ofício dos Apóstolos – e muitas outras citações bíblicas – para justificar que a sua pregação deve chegar a toda a Terra, e os portugueses são os encarregados de tal missão¹⁵. Por detrás desta ideologia estava, ao mesmo tempo, o espírito medieval da cruzada e o princípio da *Respublica Christiana*, encabeçada pelo papado, segundo a filosofia agostiniana¹⁶. D. Manuel, qual líder da *Respublica Christiana*, vendo o avanço das naus portuguesas no Oriente, fará aplicar a si as profecias bíblicas de um rei messias (*Is* 60,9; *Sl* 72,10-11: «*Os reis de Társis e das ilhas oferecerão tributos; / os reis de Sabá e de Seba trarão suas ofertas. / Todos os reis se prostrarão diante dele; / todas as nações o servirão*»).

Para além de citações bíblicas mais ou menos manipuladas pelos seus autores, há ainda, nos escritores dos séculos XV-XVI, o recurso frequente ao imaginário bíblico, para ilustrar as acções heróicas dos Descobrimientos ou comparando as terras descobertas a misteriosas terras bíblicas¹⁷. Alusões a determinados textos da Bíblia aparecem um pouco em todos os escritores desta época, seja a propósito da expansão da Fé, seja a propósito dos martírios de cristãos perseguidos.

Como estamos a ver, a Bíblia como livro da Palavra de Deus não aparece praticamente na evangelização, tanto em Portugal como nas colónias. É certo que havia algumas Bíblias nas missões do Oriente, mas estas deveriam ser em latim¹⁸. S. Francisco Xavier

o Padre António Vieira enche de citações bíblicas os seus numerosos Sermões, utilizando figuras do AT contra os holandeses e a favor dos portugueses (BTT, 6, 1989, p. 512). David LOPES, *Expansão da Língua portuguesa*, o.c., pp. 115-188.

¹⁵ Filipe THOMAZ, *A Bíblia e a Expansão Portuguesa*, o.c., pp. 225-228, citando *Conselho do infante dom anrique se era bem fazer guerra aos mouros de belamarim*, em «Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte», Lisboa, 1982, pp. 116-120.

¹⁶ O espírito de cruzada inspirava-se sobretudo no AT, mormente nos livros que falam da conquista da Terra Prometida. Por esse motivo, os príncipes cristãos são normalmente comparados a Moisés e a Josué, como é caso típico a *Crónica da Conquista de Ceuta*, de Gomes Eanes de Azurara.

¹⁷ Ver BTT, V, o.c., pp. 502-504.

¹⁸ Assim, os missionários Jesuítas mostraram uma Bíblia ao Grande Mogol, em 1580, da qual ele gostou muito.

também utilizou a Bíblia, como aparece nos seus escritos¹⁹. Um factor que concorreu grandemente para a ausência da Bíblia na pregação católica foi a proibição da tradução da Bíblia para as línguas vulgares.

2.1. *Proibição de traduzir a Bíblia para as línguas vulgares*

Um dos temas mais debatidos no Concílio de Trento foi a Bíblia, como resposta ao movimento da Reforma, que colocava nas mãos dos fiéis a Bíblia nas línguas vulgares. À proibição da Bíblia em línguas vulgares não é estranho o facto de o latim ser a língua da cultura até ao século XVI, ou seja, a língua de tratados filosóficos, teológicos e da Sagrada Escritura. A língua vulgar não tinha ainda atingido o estatuto de língua da cultura, ocupando-se sobretudo de géneros literários menores, como o conto, a novela, a poesia popular e o teatro. No entanto, os homens do Renascimento faziam um grande esforço para colocar no trono da cultura também as línguas vulgares, ao mesmo tempo que procuravam arrancar das profundezas da História as raízes da cultura ocidental.

No plano das Letras, conseguiram-no e, nesse campo, tiveram nas instituições eclesiásticas a sua melhor aliada. Mas, quando se tratou de procurar as línguas-raízes da cultura cristã, o processo foi menos límpido e mais difícil. Se, por um lado, a Igreja apoiava o estudo do hebraico e do grego, como línguas originais da Bíblia, por outro lado, com dificuldade permitia que dessas línguas se traduzisse a Bíblia para as línguas modernas dos povos europeus. Os adeptos da tradução da Bíblia (mesmo do latim) para as línguas faladas pelo povo tiveram nos humanistas os melhores aliados, e até colaboradores directos, como foi o caso de Erasmo e outros. Portanto, o Renascimento humanista – e não apenas os agentes

¹⁹ Sobre este assunto, ver Eduardo Javier Alonso ROMO, *Los Escritos Portugueses de San Francisco Xavier*, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga, 2002, pp. 42-46. Segundo este autor, Francisco Xavier tem nos seus escritos «um total de cinquenta e seis citações bíblicas», umas em latim (p. 42), «seis em português e quatro em castelhano» (p. 45). Francisco Xavier, como era natural, segue o método que melhor se adapta às pessoas que evangeliza. Não acreditamos que usasse muito a Bíblia, até porque seria pesada para as suas longas e contínuas viagens. No entanto, em nosso entender, Romo conclui, apressadamente: «No parece probable, por tanto, que Javier contara com una Bíblia portuguesa o castellana» (*ib.*, pp. 45-46). Bíblia portuguesa certamente não tinha, porque não havia; mas traduções castelhanas havia várias (ver J. M. de BUJANDA, *Index de l'Inquisition Espagnole*, 1551, 1554, 1559, Sherbrooke-Genève, 1984, p. 42).

da Reforma – foi um dos maiores propugnadores pela tradução da Bíblia para as línguas vulgares, com o fito de colocar as fontes da cultura ocidental ao alcance do povo²⁰. Enquanto a Igreja pretendia também conservar a língua latina na sua liturgia, os reformadores utilizaram os textos sagrados nas línguas modernas²¹. A Contra-Reforma eclesiástica pretendia ainda que a língua vulgar fosse reservada apenas à piedade e à pregação.

É ainda neste ambiente de passagem cultural da Idade Média para a Moderna que se deve colocar o problema da tradução da Bíblia para as línguas vulgares ou «romances». Não se trata, portanto, apenas e só de um fenómeno religioso, mas de um fenómeno cultural e linguístico dentro do contexto da plena evolução das línguas nacionais. Este fenómeno atingiu directamente as traduções da Bíblia em todos os países cristãos, sem excluir Portugal. Por outro lado, os novos mundos descobertos exigiam novos conceitos e, para os exprimir, novas línguas e novas linguagens. Com a invenção da imprensa, novos caminhos se abriam para as línguas vulgares europeias, e a cultura, prevalentemente oral até então, deixará espaço livre para a escrita.

²⁰ Antes da Reforma havia Bíblias em língua vulgar em vários países europeus, editadas sem qualquer dificuldade (ver Alfonso de la Fuente ADANEZ, *Una exegesis para el siglo XVI – António de Honcala – 1484-1565 – y su comentário al Génesis*, UPSA, Salamanca, 1994, pp. 28-36).

²¹ A este propósito, seria útil lembrar aqui o art. 16 da *Diferença D'a Christianidade* (ed. de 1684), para conhecer a opinião de João Ferreira d'Almeida: «A Doutrina Antiga de Deus nos ensina que o uso das *Línguas estranhas* e não entendidas, ainda que seja em louvores de Deus, não é lícito, útil nem proveitoso na Igreja para os ouvintes ignorantes. E que, portanto, os que ensinam, lêem, oram, rezam ou cantam na Igreja, devem usar a *Língua vulgar*, entendida pelo povo, para edificação, exortação e consolação de todos (1Cor 14,3.6-8). Ao contrário, a *Doutrina Nova* dos homens ensina que, no culto divino, ou público serviço de Deus na Igreja e em todos os ofícios divinos, se deve usar a *Língua Latina*; e que seria, não somente inútil, mas também danoso e de muito prejuízo, se a *Escritura Sagrada* se lesse ou cantasse em público na Igreja em *Língua vulgar* (BELARMINO, *De Verbo Dei*, liv. 2, cap. 15)». Na introdução à sua Bíblia, CASSIODORO DE REINA queixa-se do mesmo assunto: «Los de lejos días ha que se están despertando para impedir toda versión vulgar de la Santa Escritura a título de que los sagrados mistérios no han de ser comunicados al vulgo, y que es ocasión de errores en él, etc. (...). Prohibir la divina Escritura en lengua vulgar no se puede hacer sin singular injuria a Dios e igual daño de la salud de los hombres, lo cual es pura obra de Satanás y de los que él tiene a su mando» (*La Biblia del Oso*, Ed. de Juan Guillén Torralba, Ediciones Alfaguara, Madrid, 1987, pp. 4-5).

²² Havia o receio de perder a densidade teológica de determinados termos latinos e de perturbação na mente dos cristãos. A mudança de língua ia exigir uma profunda mudança de mentalidade. E esta mudança tinha muitos inimigos.

Estas poderiam ser algumas das causas deste «tradicionalismo» da Igreja Católica. Mas penso, no que se refere às traduções da Bíblia que, para além da questão cultural, há aqui sobretudo uma questão religiosa: o receio da heresia protestante²². Esta motivação aparecerá continuamente nos documentos e nas discussões, sobretudo na época que precedeu e se seguiu ao Concílio de Trento. Depois da Reforma, o problema de traduzir ou não a Bíblia para as línguas vulgares ultrapassou as fronteiras da literatura e mesmo da Teologia para se tornar «uma questão quase de ordem pública»²³; pois o poder civil também estava interessado em que houvesse nos Estados a maior unidade possível.

Os apologistas da tradução da Bíblia para as línguas vulgares não se encontravam apenas no campo protestante, mas abundavam também no lado católico, antes das restrições do Concílio de Trento. E já antes deste Concílio e da Reforma, havia em muitos países Bíblias ou partes da Bíblia em línguas vulgares²⁴. Erasmo, entre o protestantismo e o catolicismo, foi o porta-bandeira deste ideal²⁵. Na sua *Paraclesis*, defendia a tradução da Bíblia para as línguas vulgares, como o fizeram os Padres e toda a tradição da Igreja, afirmando também que era melhor ler a Bíblia do que novelas imorais.

Para os opositores, a leitura da Bíblia em língua vulgar tornava-se uma espada de dois gumes, como já em 1494, avisava, qual profeta bíblico, Sebastian Brant que, na Alemanha, profetizava herecias por causa de tal leitura²⁶. O aviso acerca da leitura da Bíblia

²³ SANCHEZ CARO, *La Aventura de Leer la Biblia en España*, Salamanca, UPSA, 2002, p. 30.

²⁴ Neste apartado seguiremos também a obra fundamental *The Cambridge History of the Bible*, vol. I – *The West from the Reformation to the Present Day*, F. B. A. S. L. GREENSLADE (dir.), Cambridge, The University Press, 1963. Para edições em língua vulgar anteriores à Reforma, ver pp. 415-465.

²⁵ M. BATAILLON, *Erasmus y España – Estudios sobre la História Espiritual del siglo XVI*, México/Buenos Aires, 1966, pp. 549-558. Inimigos deste movimento foram, entre outros Fr. ALONSO DE CASTRO, que citou a Erasmo um decreto dos Reis Católicos sobre o assunto «quo sub gravissimis poenis prohiberunt, ne quis sacras litteras in linguam vulgarem transferret, aut ab alio translatas quoquo pacto retineret» (*ib.*, p. 550). Tinha escrito contra Erasmo o tratado *Adversus omnes haereses*, defendendo a tese de que a leitura generalizada da Bíblia se tornava uma fonte de herecias; e assim, uma grande quantidade de Bíblias iam parar ao rol da Inquisição. Francisco de Enzinas já tinha traduzido o NT em Antuérpia, em 1543, que era uma edição espanhola do NT de Erasmo (*ib.*, pp. 551-553).

²⁶ «Se dan vueltas y más vueltas a la Biblia, se le hace decir todo lo que se quiere, y se pone así en peligro la fe y la Biblia, que es el fundamento de la fe (...). Las

em língua vulgar, estava feito, já antes de Lutero. Apesar disso, a marcha da história estava inevitavelmente traçada. As traduções da Bíblia sucedem-se em quase todos os países europeus, sobretudo pela convicção dos reformadores de que o povo tinha direito a beber a Palavra de Deus na sua fonte original e na sua língua materna – e não apenas na pregação e nas paráfrases, como defendiam os teólogos católicos. Lutero deu o pontapé de saída na tradução da Bíblia, que apareceu apenas em 1534, em Wittenberg, e antes do Concílio de Trento. Foi seguido em Espanha por um seu correligionário, Cassiodoro de Reina. Esta Bíblia – *Bíblia do Urso* – foi corrigida pelo também protestante Cipriano de Valera, dando, assim, origem à Bíblia Reina-Valera. Estas tiveram o mérito de abrir caminho aos protestantes e, depois, também aos católicos, quando as leis da Igreja o permitiram.

Mas a iniciativa da proibição da leitura da Bíblia nas línguas vulgares não partiu do Concílio de Trento. Este apenas a consagrou oficialmente. De facto, já antes deste Concílio se proibiu, por várias vezes, a leitura da Bíblia nessas línguas. Quando este reuniu para a IV Sessão, em 17 de Março de 1546, a grande questão colocada à assembleia foi a da proibição da tradução da Bíblia nestas línguas²⁷. As opiniões estiveram muito divididas. Os alemães optavam pelas traduções, ao contrário dos franceses, italianos e espanhóis, que também contavam com o respaldo do poder civil neste assunto. Entretanto, é curiosa a observação de um espanhol que assistiu e participou nas discussões do Concílio, o arcebispo de Toledo, D. Bartolomé Carranza de Miranda, que refere ter havido Bíblias em espanhol, sem qualquer problema. Segundo Carranza, houve em Espanha duas proibições da Bíblia em língua vulgar: uma depois da expulsão dos judeus, no tempo dos Reis Católicos e outra depois da aparição do protestantismo, no tempo de Carlos V²⁸.

olas asaltan por los cuatro costados la barca de Pedro. Hay que esperar muchos diluvios y catástrofes, ya que, desde ahora, no podrá saberse dónde está la verdad». Citado por J. DELUMEAU, em *La Reforma*, Editorial Labor, Barcelona, 1973², p. 22.

²⁷ A obra já mencionada, *A Cambridge History of the Bible* dedica a este tema um capítulo do vol. II: «The Bible in the Roman Catholic Church from the Trente to the present Day», pp. 199-237.

²⁸ «Antes que las herejías del malvado Lutero saliesen del infierno a esta luz del mundo, no sé yo que estuviere vedada la Sagrada Escritura en lenguas vulgares entre ningunas gentes. En España había Bíblias trasladadas en vulgar por mandado de los Reyes Católicos en tiempo que se consentían vivir entre cristianos los Moros y judíos en sus leyes...». Jesús ENCISO, *Prohibiciones Españolas de las Versiones Bíblicas en Romance antes del Tridentino*, «Estudios Bíblicos», vol. III, Madrid, 1944,

Porém, houve mais proibições da Bíblia. Uma das primeiras foi ainda no século XIII (1233), no concílio de Tarragona, reunido pelo rei Jaime I, de Aragão, contra a heresia dos albigenses. Este concílio regional, entre os seus 26 artigos, no n.º 2 estabeleceu a proibição de ler a Bíblia em língua vulgar²⁹.

Parece que esta proibição não atingia a tradução de partes da Bíblia, que continuaram a traduzir-se como antes; fizeram-no os beatos Pedro Pascoal e Raimundo Lulo. O próprio título do Decreto real de Aragão é a chave do sentido que tinha na altura: «Constituição de Tiago, rei de Aragão, contra os heréticos». Portanto, não havendo hereges, o decreto não tinha sentido. No ano de 1559, o inquisidor Fernando de Valdés publicou um outro Índice, em que se proibia a Bíblia em qualquer língua vulgar, sobretudo em castelhano³⁰.

pp. 530-531. O já citado ALFONSO DE CASTRO, na sua obra *Adversus omnes Haereses*, escrevia, em 1541: «La tercera causa de las herejías es la traducción de la Biblia en lengua vulgar, de donde procede que sea leída por todos sin diferencia de personas. Esto se ve claramente porque las herejías no vienen por la lectura de las Sagradas Letras, sino de su perversa inteligencia. Si esto es así, ¿quién podrá caer en herejía con más facilidad que el vulgo, leyendo lo que de ningún modo puede entender? (...). Las traducciones de los libros sagrados a las lenguas vulgares producen más daño que la lectura de los filósofos gentiles» (ENCISO, *ib.*, p. 545; ver *Le Temps des Reformes et la Bible* (BTT), V, Paris, 1989, pp. 533-541).

²⁹ «Item statuit ne aliquis Libros Veteris vel Novi Testamenti in Romancio habeat. Et si aliquis habeat, infra octo dies post publicationem huiusmodi constitutionis a tempore sententiae, tradat eos loci Episcopo comburendos. Quod nisi fecerit, sive clericus fuerit, sive Laicus, tamquam suspectus de haeresi quousque se purgaverit, habeatur» (MANSI, *Conciliorum amplissima collectio*, XXIII, col. 293). E continua Enciso: «En el mismo siglo XIII se celebraron varios concilios en diversas ciudades del reino de Aragón y en ninguno de ellos se renovó la prohibición de las Biblias en romance; ni siquiera en el que tuvo lugar en el mismo Tarragona el año 1239, seis años después del anterior» (o.c., p. 532).

³⁰ «La Biblia en nuestro vulgar o en otro cualquier traducido, en todo o en parte, como no esté en hebreo, caldeo, griego o latín (...). Y porque hay algunos pedazos de Evangelios y epístolas de san Pablo y otros lugares del Nuevo Testamento en vulgar castellano, así impresos como de mano, de que se han seguido algunos inconvenientes, mandamos que los tales libros y tratados se exhiban y se entreguen al Santo Oficio, ahora tengan nombre de autor o no, hasta que otra cosa se determine en el Consejo de la Santa Inquisición» (JOSÉ VEGA, «Tres Apologistas de la Lengua Vulgar: San Alonso de Orozco, Fray Luís de Leon y Fray Pedro Malón de Chaide», em *Religión y Cultura*, n.º 221-222, Madrid, 2002, pp. 265-266. Neste Índice não faltaram obras de Francisco de Osuna, de Fr. Luís de Granada, de São João de Ávila e de São Francisco de Borja e qualquer livro de piedade que tivesse citações bíblicas um pouco longas.

No tempo de Carlos V, as versões já em voga foram conservadas e a proibição tinha em vista apenas as futuras, no que diz respeito a Espanha, França, Itália e Flandres. O mesmo critério deve ter-se seguido em Portugal. Na Alemanha fez-se uma versão católica da Bíblia. O já citado Fr. Alfonso de Castro, professor em Salamanca e um dos teólogos do Concílio de Trento, escrevia onze anos antes do Concílio que muitas heresias vinham da leitura da Sagrada Escritura³¹. Mas a doutrina nunca foi tão clara, como parece à primeira vista, de tal modo que, nas discussões de Trento, veio à luz a possibilidade de uns poderem ler a Bíblia e outros não³².

Esta doutrina católica ia contra a de Lutero, quando afirma que a Sagrada Escritura é claríssima e de fácil compreensão. O mesmo Alfonso de Castro diz a Lutero que ele «delira», ao fazer tal afirmação³³. Depois de chegar do Concílio, Castro vem ainda mais convicto destas ideias e escreve outra obra onde aponta mais argumentos³⁴.

³¹ O autor louva a proibição dos Reis Católicos que «timuerunt namque prouidenter plebi suae quam regendam susceperant, ne ulla occasio illi daretur errandi: nec tamen gratis et sine causa timuerunt: quoniam longa experientia compertum fuerat plures hac occasione haereses fuisse olim suscitatas» (*ib.*). No Concílio de Trento chamou às traduções vulgares «a mãe de todas as heresias», juntamente com o card. Pacheco, de quem era teólogo (*Cambridge History*, II, o.c., p. 202).

³² Na *Terceira Regra* diz-se: «As trasladações do Testamento Velho poder-se-ão conceder somente a alguns varões doutos e pios, mas seja por conselho do bispo, contanto que se sirvam delas como de declaração do texto vulgar para que assim o entendam». E na *Quarta Regra*, diz-se: «Sabendo nós o muito dano e pouco fruto que se segue de se permitir a Bíblia em linguagem, pela leviandade e temeridade dos homens, deixamos aos bispos e inquisidores ordenem nesta parte o que lhes parecer melhor que de conselho do cura ou confessor católicos, que a dita Bíblia declararem em linguagem, concedam ter lição dela àqueles somente de que certo souberem que da tal lição lhe não virá dano, antes proveito e aumento da fé e de virtudes, a qual licença tenham por escrito e assinada» (ver Isaías da ROSA PEREIRA, *Notas Históricas acerca dos índices de livros proibidos e bibliografia sobre a Inquisição*, Lisboa, 1976, p. 40).

³³ «Verum hac in re delirare Lutherum et reliquos omnes qui illi in hac parte favent, expressis Scripturae testimoniis argumentisque efficacissimis vincemus» (*ib.*, fol. 28). «La experiencia demuestra que de las versiones de la Biblia en vulgar nacen muchas herejías y por eso se han prohibido. Es verdad que los idiotas no fundan herejías, pero las favorecen. Si Lutero si hubiera hallado solo, se le habría sujetado. Pero se encontró apoyado por un pueblo indocto que leía la Biblia. Las herejías han nacido o de la filosofía o de la mala interpretación de las Escrituras. Pero así como a nadie se le aparta por ello de la lectura de los filósofos, tampoco se le debe impedir la lectura de la Biblia...» (ENCISO, o.c., p. 548).

³⁴ *De quinta haeresum causa quae est sacrae scripturae translatio in linguam vulgarem* (ENCISO, o.c., pp. 549-552).

2.2. *A Inquisição ao serviço da proibição das traduções da Bíblia*

Enquanto a Reforma pretendia abrir as portas às traduções da Bíblia em língua vulgar, de modo a tornar acessível ao povo a Palavra de Deus, o Concílio de Trento preferiu cavar trincheiras, para se defender dos perigos que daí poderiam advir para o povo católico. Resolvia o problema fundamental que residia na questão seguinte: É a Bíblia ou não a base do cristianismo? Claro que, em teoria, a Igreja sempre disse que sim. E, para se justificarem, alguns distinguiram na Bíblia dois tipos de conteúdo: a doutrina dogmática e a devoção; ora, a primeira, que era essencial, já a dava a Igreja na Teologia e na sua pregação; só pela segunda – concluíam eles – não valia a pena colocar a Bíblia na mão de toda a gente. Os inquisidores tinham poder para perseguir, sem dó nem piedade, os possuidores ou impressores e mesmo importadores de livros proibidos³⁵. Em Goa, ainda em 1817, o bispo Fr. Manuel de S. Gualdino proibia a Bíblia em português.

Para terminar este tema, penso que as melhores palavras são as do arcebispo de Toledo, Carranza, numa autêntica profecia do Concílio Vaticano II, que estabeleceu o direito ao pão da Palavra para todo o povo: «Quando os tempos mudarem, e queira Deus que o mundo tenha serenidade e cessem os perigos que agora há, para

³⁵ A Inquisição tinha entrado em Portugal no reinado de D. João III, em 1536, mas já tinha sido pedida por D. Manuel I, em 1515, e por D. João III em 1531. Para uma visão geral da presença das Bíblias, sobretudo protestantes, em Portugal, nessa época, ver FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, ed. preparada por Damiano Peres, III, Lisboa-Porto, 1971, pp. 350-355. Obra fundamental sobre a Inquisição em Portugal é a do já citado BUJANDA. Oferece-nos um historial sobre a Inquisição em Portugal no período tratado (pp. 11-64), uma lista de autores e obras condenadas, com particular interesse para a Bíblia (pp. 713-716), e muita bibliografia (pp. 803-833).

³⁶ «A partir del otoño de 1558, la imprenta y el comercio de libros quedan sometidos a normas severas. Importar obras en lengua española sin permiso del Rey es un crimen que puede castigarse con la muerte y la confiscación de los bienes. Los libros destinados a la impresión deben tener una «licencia» y los ejemplares impresos no pueden ponerse en venta sino después de una rigurosa confrontación con el manuscrito revisado y apostillado en cada página (...). Queda prohibido a quienquiera 'que tenga, ni comunique, ni confiera, ni publique a otro, libro ni obra nueva de mano que sea de materias de doctrina de Sagrada Escritura y de cosas concernientes a la religión de nuestra sancta fee católica' sob pena de muerte y confiscación de bienes». Os bispos, prelados e Universidades ficam com o encargo de vigiar pelo cumprimento desta ordem real (ver BATAILLON, o.c., p. 720).

que os bispos e os condutores da religião possam dar o alimento espiritual da Escritura mais livremente, como antes se fazia»³⁷. Desde Leão XIII (*Providentissimus Deus*) até ao Concílio Vaticano II (*Dei Verbum*), passando por Pio XII (*Divino Afflante Spiritu*) que a Igreja, não apenas permite, mas recomenda as traduções da Bíblia em língua vulgar, para que a Palavra de Deus seja alimento de todos os cristãos.

Depois de tudo o que foi dito, poderíamos afirmar, com o autorizado Sanchez Caro, que o período do século XVI-XVIII foi *la gran noche de la Biblia*, pois esta quase nem nos catecismos aparecia³⁸. Talvez por isso a relação (difícil) da Igreja Católica com a Bíblia foi objecto de frequentes ataques da parte dos protestantes, mesmo no Oriente, que apelidavam os católicos de «ignorantes»³⁹.

3. Uma Bíblia protestante em português:

João Ferreira A. d'Almeida

Já acima referimos que a quase total ausência da Bíblia na evangelização católica foi um *deficit* irreparável, sobretudo a partir do Concílio de Trento. Ao contrário da Igreja católica, que não utilizava a Bíblia, os protestantes faziam dela o seu manual de pregação. Para fazermos uma ideia do lugar que ocupava a Bíblia nas missões protestantes, vejamos uma encomenda de livros feita de Batávia à Holanda⁴⁰. O Conselho da Igreja de Batávia pede, em carta de 20 de Dezembro de 1646, entre outros, os seguintes livros: «Uma caixa de livros de *Salmos* de diferentes espécies; 1000 exemplares do Catecismo Maior, 100 *Bíblias* em 8.º; também algumas em fólho, com anotações para as igrejas; 1.000 *Histórias de David e Tobias*; comen-

³⁷ *Ib.*, fol. VI; citação da p. 553.

³⁸ SANCHEZ CARO, *La Aventura*, o.c., p. 38. No entanto, no *Catecismo do Concílio de Trento* há umas mil e quinhentas citações bíblicas, sendo um terço do AT; mas estas citações têm em vista responder aos protestantes e são, portanto, frequentemente manipuladas.

³⁹ Ferd. FENGER, em *History of the Tranquebar Mission*, Tranquebar, Evangelical Lutheran Press, 1863, p. 30, afirma: «The missionaries make constant complaints of ignorance of the Roman Catholics, their opposition to the Gospel, and unjustifiable methods of making proselytes». E noutro lugar afirma que os «converts from Papacy» tornam-se também catecúmenos; e que não basta saber o catecismo, «but they were exercised in Scriptures» (p. 77).

⁴⁰ *Archief voor de Geschiednis der Oude Hollandsche Zending*, II (pp. 184.188) de 12 de Agosto 1647, Utrecht, 1885.

tários acerca dos *Salmos*; 1.000 *Histórias de José*; 50 *Histórias da Bíblia*; 1.000 *Livros dos Salmos*; 1.000 *Evangelhos*. Outra literatura que os mesmos holandeses tinham no Recife, por volta de 1640: «2.010 *Livros de Salmos, Testamentos e Bíblias em espanhol*». Por seu lado, o português João Ferreira d'Almeida, em 1666 e 1669, pede aos Senhores XVII da Holanda para «mandarem alguns bons livros, como por exemplo *Bíblias, Novos Testamentos, Salmos* e outros, impressos na língua espanhola», em prol da comunidade portuguesa⁴¹. Encomendas deste tipo não aparecem nas listas de livros dos missionários católicos. Aliás não tinham traduções bíblicas em português; o que aparece em tais listas são algumas Bíblias em latim.

Podemos dizer que este *dificit* dos missionários católicos portugueses foi reparado com a tradução da Bíblia levada a cabo por este português, que passou para o campo dos protestantes calvinistas (1628-1691). Trabalhou como missionário calvinista em Malaca, Ceilão, Sul da Índia e em Batávia, actual Jakarta, capital da Indonésia, onde traduziu a Bíblia em português⁴². Entre 1681, ano da publicação do seu NT, e 1753 foi publicada toda a sua tradução da Bíblia, que teve ao longo destes três séculos muitas centenas de edições e milhões de exemplares publicados. A Biblioteca Nacional de Lisboa possui o único exemplar conhecido do NT corrigido à mão por João Ferreira d'Almeida.

No que se refere concretamente à Bíblia de Almeida, poderá dizer-se que os Descobrimientos portugueses foram certamente, não

⁴¹ J. MOOIJ, *Bouwstoffen voor de Geschiednis der Protestantsche Kerk in nederlandsch-Indie*, III, Batavia, 1931, pp. 3.77 (*actas* de 25/1-1666 e 25/11-1669); J. L. SWELLENGREBEL, *João Ferreira de Almeida, Primeiro Tradutor da Bíblia em Português*, Amesterdão, 1960, p. 25; ID., *Survey*, p. 5. Certamente, entre estes livros espanhóis havia *Bíblias* e *Testamentos* de Valera (de 1602; *NT*, de Valera, 1625) ou alguma *Bíblia* de Ferrara (1611, 1630, 1661), ou então, os mais antigos Ambrósio de Montesinos, *Epístolas e Evangelhos*, 1512; o *NT* de Francisco de Encinas, 1543. Quanto a *Salmos*, havia um anónimo que foi traduzido do hebraico, em 1550. Em *ao Discreto Leitor*, Almeida aconselha mesmo a ler a Bíblia em espanhol (p. 26).

⁴² «Nas Índias [os holandeses] não fazem menos (...). A Companhia das Índias Orientais faz pregar o Evangelho em flamengo, como também em língua portuguesa e em língua indiana. Adquiriram-se para isso *Bíblias portuguesas* e vários livros de devoção nas línguas portuguesa e indiana e catequiza-se nestas línguas, porque são compreendidas pela maior parte dos índios (...). Na cidade de Batávia, que é a capital da Companhia e, a bem dizer a Academia, assim como a residência do General, catequiza-se todas as semanas oito ou nove vezes nas línguas indiana e portuguesa» (J. BRAUNNIUS, *La véritable religion des Hollandais*, Amesterdão, 1675, em DAVID LOPES, p. 43).

a causa, mas uma ocasião privilegiada da expansão dessa Bíblia, como instrumento directo utilizado na pregação aos povos evangelizados pelos portugueses. Poderíamos, pois, afirmar que os Descobrimientos deram azo a um grande esforço missionário, não só por parte de Portugal, mas também de outros países cristãos da Europa, incluindo a Holanda, ao serviço da qual Almeida exerceu a sua missão. É neste movimento missionário europeu que a Bíblia de Almeida encontra a sua razão de ser.

Ao referir este pregador protestante português, queremos também desmitificar certa literatura pouco fundamentada, que pretende colocar Almeida no pedestal mais elevado dos evangelizadores do Oriente português. Ora, o que é certo é que ele apareceu na Missão do Oriente um século e meio depois de os missionários católicos aí se terem instalado e evangelizado esses povos. Deste modo, Almeida irá aproveitar-se e colher os louros do trabalho dos missionários católicos, iniciado muito tempo antes da sua chegada (1642).

Não podemos esquecer três elementos que concorreram, embora indirectamente, para o nascimento e desenvolvimento desta Bíblia: os Descobrimientos portugueses, a Reforma protestante (e a Contra-Reforma) e a imprensa. De facto, Almeida traduziu a Bíblia porque foi um pastor da Reforma; se fosse sacerdote católico, ter-se-ia certamente submetido às rigorosas medidas, então vigentes, contra as traduções da Bíblia em língua vulgar. Quanto aos Descobrimientos, Almeida escreveu num contexto missionário, mais de um século depois da chegada dos portugueses ao Oriente com os seus missionários. Quanto à imprensa, não há dúvida de que esta nova técnica de comunicar por escrito se tornou um excelente meio de divulgação da sua Bíblia.

Almeida nunca perdeu a oportunidade de se exprimir a favor da Bíblia nas línguas vulgares, tal como o tinha feito o seu correligionário Cassiodoro de Reina⁴³. Neste e noutros aspectos, Almeida

⁴³ Deixamos apenas aqui um texto da sua obra, *Diferença D'a Christandade* (Lisboa, 2002); em *A o Discreto Leitor*, diz Almeida que a língua latina «Não vos permitindo a tão proveitosa, saudável e totalmente necessária Lição da Sagrada Escritura em Língua vulgar, em que bem, clara, e distintamente, para vossa própria Salvação, a possais entender (...). Que seja possível que não haja já hoje, em toda a nossa Europa, a *Mínima Nação*, que em sua própria *Língua Materna* não tenha já impressa toda a Escritura Sagrada; & que só a *Portuguesa* não tenha ainda na sua impressão nem ainda um só Evangelho? E só ela, entre tantas, careça de um tamanho, inefável, incompreensível, e salutar Bem! Que seja esta Nação, em tudo o demais, uma das *Primeiras e Principais*, & no que sobre tudo mais lhe importa,

foi um modelo de calvinista e um dos mais destacados pastores da comunidade portuguesa de Batávia. Durante os seus estudos de Teologia, os livros que ele pede estão sempre relacionados com a Bíblia. Mas ele próprio sentiu a necessidade de traduzir e produzir literatura teológica e bíblica para prover às necessidades dos povos que falavam português no imenso espaço da Ásia em que ele vivia.

A Bíblia de João Ferreira d'Almeida aparece neste contexto bíblico alimentado pela Reforma, que estava em pleno desenvolvimento, e amparado culturalmente pelo Renascimento. Este tradutor era um convicto calvinista e que, naturalmente, fazia da Bíblia o seu principal instrumento de evangelização. Nesse contexto, a Bíblia torna-se ainda um instrumento de discussão entre as Igrejas reformadas e a Igreja Católica, tornando-se o livro por excelência da apologética, ou seja, contra os «adversários», postados do lado de lá da barreira. Por isso, não nos admiraremos das eternas discussões havidas em todas as instâncias eclesiásticas até ao Concílio Vaticano II e, no nosso caso, entre João Ferreira d'Almeida e os missionários católicos, que se encontravam com ele, no mesmo campo da Missão.

3.1. *As Sociedades Bíblicas ao serviço das Missões protestantes*

As Sociedades Bíblicas nascem num contexto missionário protestante. Diferentemente dos católicos, os protestantes sentiam, mais profundamente, a necessidade de levar a Palavra da Bíblia escrita directamente aos povos a evangelizar. Para esse fim, as Igrejas protestantes organizaram-se de modo a poderem dispor de fundos materiais e outros, em ordem a enviar Bíblias ou partes da Bíblia para as terras de missão, ou para países católicos onde ela era proibida, ou não existia em língua vulgar. A primeira foi a inglesa, fundada em Londres poucos anos depois da morte de Almeida, isto é, em 1698: «Sociedade para a Promoção do Conhecimento Cristão»⁴⁴. Surgiu depois, para a divulgação da Bíblia nas missões protestantes, em 1701, a «Sociedade para a Propagação do Evangelho no Estrangeiro». Das duas surgiu, a 4 de Março de 1804, a *Sociedade*

chegue a tanta miséria, que ela só venha a ser a *Ultima e a Infima!* Que todas as outras dêem entrada, e abram os olhos a esta *Divina Luz*; e que só esta tão pertinazmente lhe resista e se lhe oponha!» (pp. 21-22.25).

⁴⁴ *The Society for Promoting Christian Knowledge* (SPCK).

Bíblica Britânica e Estrangeira (BFBS/SBBE)⁴⁵. Em 1831, desagregou-se desta a *Sociedade Bíblica Trinitariana* (TBS/SBT)⁴⁶. Mas formaram-se depois Sociedades Bíblicas em todos os países, não faltando a da Holanda. Nos Estados Unidos surgiu, em 1816, a *Sociedade Bíblica Americana* (SBA/ABS), que editou frequentemente a Bíblia de Almeida⁴⁷. Outras Sociedades Bíblicas se formaram posteriormente por toda a parte, com o patrocínio das duas mencionadas, a americana e a inglesa. O relativo êxito da publicação da obra de Almeida deve-se, em parte, às incipientes Sociedades Bíblicas, sobretudo no que se refere às edições feitas em Tranquebar. De facto, as Sociedades inglesas ajudaram a editar algumas obras de Almeida nessa missão do Sul da Índia⁴⁸.

Porque não seguiam as directivas de Trento, estas Sociedades formadas nos séculos XVII e XVIII foram, naturalmente, condenadas pela Igreja Católica em vários documentos. É nesta época que surge a polémica anti-protestante das «Bíblias falsificadas», tema que irá produzir alguma literatura portuguesa⁴⁹.

Concluindo: a Missão em regiões não cristãs, colonizadas pelos portugueses e espanhóis, deu azo à divulgação da Bíblia no Oriente, sobretudo por parte dos protestantes, ainda que estes tenham chegado um século depois. Por isso deram, um cunho tipicamente bíblico às suas missões, como era de esperar, traduzindo a Bíblia

⁴⁵ *The Society for the Propagation of the Gospel in Foreign Parts*. Estas duas Sociedades receberam o nome actual de *British and Foreign Bible Society* (BFBS), ou Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE), que ainda hoje existe.

⁴⁶ A. J. BROWN, *The Word of God among all Nations – A Brief History of the Trinitarian Bible Society, 1831-1981*, Trinitarian Bible Society, Londres, 1981. O nome desta Sociedade Bíblica – *Trinitarian Bible Society* – foi adoptado em 31 de Dezembro de 1831 (*ib.*, p. 22).

⁴⁷ Nome original: *American Bible Society* (ABS ou SAB).

⁴⁸ Sobre este assunto, possuímos um precioso documento em Copenhaga: *Epistola, quam Venerabilis Societas de promovenda Christi cognitione, in Anglia instituta, ad Barth. Ziegenbalg et Jo. Ernst. Gründler, missionarios in Ind. Orient. scripsit / Henricus Neuman. Tranquebar, 1719*.

⁴⁹ No Prefácio do seu NT (Lisboa, 1875), Frei Francisco de Jesus Sarmiento afirma: «Os protestantes, assalariados pela Sociedade Bíblica de Londres, andam-nos metendo à cara quantos disparates há contra a religião que nossos pais nos ensinaram... Eles querem-nos impor quase à força, Bíblias falsificadas, viciadas, truncadas, que falam contra o Papa, contra a Igreja, contra a Confissão, contra a Eucaristia, contra Jesus Cristo, contra Maria Santíssima, contra os santos, contra tudo o que é bom...» (ver Eduardo Henriques MOREIRA, *A Reforma Protestante e os seus antecedentes em Portugal*, Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa, 1972, p. 8).

para as línguas faladas nas terras onde trabalhavam⁵⁰. Assim, a pastoral bíblica protestante deveria cingir-se a pouco mais que à citação e explicação de textos bíblicos. Na geografia política e missionária que aqui estudamos, são típicos os casos de Batávia, onde sobressai Almeida, e a missão luterana dinamarquesa estabelecida em Tranquebar/Trangambar (sudeste da Índia), onde esta mesma Bíblia foi também impressa, entre 1732-1765.

No fim do século XVIII, o Padre António Pereira de Figueiredo traduziu da Vulgata para português toda a Bíblia (NT, 1778-81; AT, 1783-90). Ainda não é muito claro o facto de apenas os protestantes publicarem e utilizarem a Bíblia deste padre católico. De facto, não se entende porque é que a Igreja não utilizou esta Bíblia e a entregou nas mãos dos protestantes, que já tinham a de João Ferreira de Almeida. No entanto, a Bíblia de Figueiredo não se dirigia ao público das missões portuguesas, mas ao da Metròpole.

HERCULANO ALVES

⁵⁰ Assim, em 1629, Albert Cornelius Ruyl, um membro da Companhia Holandesa das Índias, traduziu os *Evangelhos de Mateus e de Marcos* para a língua malaia; em 1646, um comerciante holandês, Jan van Hasel, traduziu os outros dois Evangelhos, *Lucas e João*, e em 1652, os *Salmos* e os *Actos*. Mais tarde, os pastores calvinistas, Melchior Leydekker e P. van der Vorm completaram a tradução do Antigo e Novo Testamento, em 1735. O mesmo sucedeu em Ceilão e em Tranquebar.